

Memória e Educação Profissional no Brasil: usos e possibilidades

Memory and Professional Education in Brazil: uses and possibilities

Recebido: 25/10/2022 | **Revisado:**
19/04/2024 | **Aceito:** 20/04/2024 |
Publicado: 18/11/2024

Pablo Menezes e Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8960-1707>

Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia
de Minas Gerais

E-mail: pablo.menezes@ifmg.edu.br

Douglas Biagio Puglia

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9591-917X>

Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia
de Minas Gerais

E-mail: douglas.puglia@ifmg.edu.br

Como citar: OLIVEIRA, P. M.; PUGLIA, D.

B. Memória e Educação Profissional no
Brasil: usos e possibilidades. **Revista
Brasileira da Educação Profissional e
Tecnológica**, [S.l.], v. 3, n. 24, p.1-20
e14377, nov. 2024. ISSN 2447-1801.
Disponível em: <Endereço eletrônico>.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

Este artigo trata das possibilidades de pesquisa em História da Educação Profissional utilizando os procedimentos metodológicos da História Oral, caracterizando-se como um trabalho de caráter exploratório. Realizamos uma breve análise da história da educação profissional no Brasil, para compreender as permanências e rupturas que culminaram na criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no ano de 2008. Também foi realizada uma discussão sobre o conceito de História Oral e Memória, para justificar o uso desta metodologia nas pesquisas no campo da História da Educação. Por fim, apresentamos a experiência com História Oral através das pesquisas desenvolvidas no Centro de Memória do Instituto Federal de Educação de Minas Gerais, que nos permitiu concluir sobre a validade do uso da metodologia da História Oral, permitindo-nos acessar experiências invisíveis nos documentos.

Palavras-chave: História da Educação Profissional; Memória; História Oral.

Abstract

This article discusses the possibilities of research in the History of Vocational Education using methodological procedures of Oral History, characterized as an exploratory work. We conducted a brief analysis of the history of vocational education in Brazil to understand the continuities and ruptures that led to the creation of the Federal Institutes of Education, Science, and Technology in 2008. We also discussed the concept of Oral History and Memory to justify the use of this methodology in research in the field of History of Education. Finally, we presented the experience with Oral History through research conducted at the Memory Center of the Federal Institute of Education in Minas Gerais, which allowed us to conclude on the validity of using Oral History methodology, enabling us to access experiences invisible in documents.

Keywords: History of Professional Education; Memory; Oral History.

1 INTRODUÇÃO

O estudo da história da educação profissional projetada e promovida no Brasil mostra que esta modalidade educativa foi marcada por sucessivas transformações ao longo dos anos, alterando seus projetos e objetivos – decisivamente qual acreditamos serem orientados prioritariamente pela preparação para o ingresso e/ou permanência dos trabalhadores nos mundos do trabalho. Tais mudanças são uma oportunidade de pesquisa para o campo da história da educação, que ao longo dos anos tem procurado dar contribuições importantes para o entendimento sobre a construção e desenvolvimento da educação profissional no Brasil.¹

Estudos apontam que desde a independência política do Brasil as discussões sobre educação para o trabalho foram promovidas no país, se tornando mais latentes nos últimos decênios do século XIX, eventualmente traduzidas na organização de instituições de ensino dedicadas aos ofícios manuais (BIELINSKI, 2003). Entretanto, é a partir do período republicano brasileiro (pós 1889), que ocorrem as ações mais destacadas e protagonizadas pelo governo federal, que passa a trazer para sua esfera de atuação as ações mais destacadas no campo da educação para o trabalho. É no período republicano que vimos o primeiro esforço capitaneado pelo governo brasileiro no campo do ensino profissional, através da criação das Escolas de Aprendizes Artífices (EAA), no ano de 1909, por meio do decreto nº 7566, de 11 de novembro do referido ano. A proposta desta nova instituição era, segundo trecho da legislação, “que se [facilitasse] às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência” (BRASIL, 1909). A partir desta iniciativa, muitas outras seriam promovidas pelo governo federal brasileiro, em geral ressignificando os propósitos da educação profissional, em processo quase sempre evidenciado na mudança da legislação, nas modalidades de ensino e nas práticas educativas. Mudanças estas objeto de atenção dos pesquisadores do campo da história da educação, em suas múltiplas nuances.

A história das instituições educativas organizadas a partir da Escola de Aprendizes Artífices tem sido objeto de muitos pesquisadores do campo denominado História da Educação, dando ao tema enfoque diverso, que se divide entre as práticas educativas, na sua estrutura organizacional, projetos educativos, edifícios, entre outros. Em pesquisa objeto de artigo intitulado “Educação e ensino profissional no Brasil: o estado do conhecimento das produções de pesquisas no âmbito da História da Educação Profissional”, Oliveira, Gonçalves e Pereira conseguiram identificar que o tema tem ganhado relevo entre pesquisadores do campo da História da Educação, embora ainda haja um longo caminho na consolidação de frentes de pesquisa nos Programas de Pós-Graduação brasileiros (OLIVEIRA, GONÇALVES E PEREIRA,

¹ São representativos dos esforços para produzir textos que procuraram agrupar as experiências históricas da educação profissional brasileira: FONSECA, Celso Suckow da Fonseca. **História do ensino industrial no Brasil**. 2ª. ed., 5 vols. Rio de Janeiro: Senai-DN, 1986; CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Unesp; Brasília: FLACSO, 2000; CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Unesp; Brasília: FLACSO, 2000; CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Unesp; Brasília: FLACSO, 2000; MANFREDI, Sílvia M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002. CAIRES, Vanessa; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora. **Educação Profissional Brasileira: da colônia ao PNE 2014-2024**. Petrópolis: Vozes, 2016.

2021, p. 29). À medida que o tema ganha relevo, entendemos que é preciso estimular uma reflexão sobre os aportes metodológicos utilizados nas pesquisas do campo.

No texto em tela procuramos lançar luz sobre um capítulo recente da história da educação profissional brasileira, a criação dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, por meio da lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que tinha por objetivo ressignificar os objetivos das instituições federais de ensino de ensino profissionalizante, redimensionando a relação trabalho e educação. A leitura deste tempo histórico será o fio condutor para uma discussão de ordem metodológica: o uso de fontes orais como aparato de pesquisa para a História da Educação. A ideia de construir um texto tratando da questão das fontes orais foi um meio de lançar luz sobre a experiência dos autores com pesquisas realizadas no recém-criado Centro de Memória do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), cujo fio condutor foi a História Oral. Assim, o texto apresenta um panorama da história da educação profissional brasileira a partir do período republicano, para então se debruçar sobre a criação dos institutos federais. Ao tratar da fundação dos institutos, apresentamos o itinerário realizada para a obtenção de depoimentos dos envolvidos no processo de criação da nova institucionalidade. A expectativa é que o texto ora apresentado possa oferecer aos pesquisadores uma oportunidade de refletir sobre as potencialidades e desafios do uso da fonte oral como meio para a compreensão deste capítulo recente da história da educação para o trabalho brasileira.

Cabe registrar que o artigo em tela foi construído dentro do campo da História da Educação, utilizando a História Oral como aporte metodológico. Esta pesquisa se localiza no âmbito do estudo da história das instituições, delimitada a partir das condições assim fixadas por Justino Magalhães:

No plano histórico, uma instituição educativa é uma complexidade espacio-temporal, pedagógica, organizacional, onde se relacionam elementos materiais e humanos, mediante papéis e representações e representações diferenciados, entretecendo e projetando futuro(s), (pessoais), através de pesquisas institucionais (MAGALHÃES, 1998, p. 61).

Assim, procurando lançar luz sobre os processos de (re)construção da educação profissional brasileira, este texto analisa documentos e memórias dos envolvidos na criação dos institutos federais de educação, permitindo entrever a dimensão humana deste processo histórico.

2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: BREVES APONTAMENTOS

Como observamos nas linhas iniciais do texto, a educação profissional brasileira é um constructo de décadas, que passou por profundas transformações ao longo dos anos. Acreditamos que deriva de duas questões: a percepção que o trabalho ocupa na sociedade brasileira, especialmente no período subsequente à

independência, em um país marcado pela escravidão, que atravessou sua existência como território colonial português nesta condição, e a conservou durante boa parte do século XIX, fazendo com que o trabalho, e conseqüentemente um modelo de educação a ele relacionado, demorasse a ser entendido como um valor socialmente valorizado. Isso explica o motivo da educação para o trabalho, no decurso do período imperial brasileiro (1822-1889), se apresentasse por meio de ações pontuais e descontinuadas. A segunda questão que precisamos observar diz respeito a relação da economia brasileira com uma economia mundial, no que tange sua contribuição na produção e circulação de produtos. É possível observar que, conforme sua posição de produtor de insumos e de bens industrialmente elaborados vai se impondo a uma agenda da economia, também sua correlação com a formação técnica ganha novos contornos. Sobre a economia, é digno de notas as observações de Ramos:

O Brasil teria vivido, na verdade, uma revolução burguesa “periférica”, que resultou no capitalismo dependente, na dominação externa e na autocracia burguesa. Explica ele que, em nenhuma das fases do desenvolvimento capitalista no Brasil, as classes dominantes chegaram a impor a ruptura com a associação dependente em relação ao exterior (ou aos centros hegemônicos da dominação capitalista); a desagregação completa do antigo regime e de suas sequelas ou, falando-se alternativamente, das formas pré-capitalistas de produção, troca ou circulação; a superação de estados relativos de subdesenvolvimento, inerentes à satelitização imperialista da economia interna e à extrema concentração social e regional resultante da riqueza (RAMOS, 2014, p. 17).

Assim, entendemos que a história da educação para o trabalho do Brasil exige uma reflexão à luz dos projetos econômicos nacionais em seu diálogo com projetos externos. Isso porque, refletir os projetos de educação no país deve ser sempre realizado, segundo Ramos, “à luz da dinâmica do desenvolvimento econômico brasileiro e frente às disputas travadas em torno do projeto societário e, assim, da própria política educacional” (RAMOS, 2014, p.14).

Superado o escravismo no ano de 1888, e instalado o regime republicano no ano seguinte, se abre para a educação, e para a educação para o trabalho, um novo tempo. A partir de discussões de projetos para a educação promovidos nos primeiros anos do século XX,² em 23 de setembro de 1909, o então presidente Nilo Peçanha assinou o Decreto nº 7.566, que criou as chamadas “Escolas de Aprendizes Artífices”, cujo mérito se encontra em colocar o governo federal como arquiteto de uma nova fase da educação pública oferecida em âmbito nacional. Assim, cumprindo o texto do decreto fala da missão de “formar cidadãos úteis à Nação”, evocando um vocabulário político condizente com os novos tempos políticos. Para efetivar o decreto, deveriam ser instaladas dezenove unidades da instituição nas capitais dos estados então existentes, à exceção do Rio de Janeiro, em que a unidade foi instalada na cidade de

² Segundo Oliveira (2021), algumas destas iniciativas foram: A realização do Congresso da Instrução, em 1906, o aumento de dotações orçamentário no Senado Federal destinadas ao ensino técnico e a declaração, do recém-empossado presidente da República Afonso Pena, de que “a criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias” (OLIVEIRA, 2021, p. 16).

Campos dos Goitacazes. As EAA's foram criadas e mantidas sob jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Segundo a legislação promulgada:

Considerando:

Que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência;

Que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime. (BRASIL, 1909).

Assim, o novo regime político vigente no país desde o ano de 1889 entendia que o cidadão útil seria formado por meio do trabalho, para o qual os “desvalidos de fortuna” deveriam ser preparados. Naqueles tempos republicanos, esta modalidade de ensino atendia antes a uma política assistencialista e de disciplinarização dos corpos, do que aos ditames do capital. Aquela legislação assinalava também uma das características mais marcantes das políticas para a educação do país: a formação dualista, segundo a qual os pobres deveriam ser preparados para os mundos do trabalho, evitando o ócio, e conseqüentemente os vícios de uma vida mundana, enquanto os filhos das elites se preparavam para a direção dos negócios e do governo. Estas questões são perceptíveis no vocabulário utilizado no decreto, como os termos “dificuldades”, “desfavorecidos”, “vício” e “crime”. Termos que aproximam a iniciativa da lei mais da conformação dos corpos e mentes para a construção do cidadão, do que do braço qualificado dedicado ao capital. Mas também traz no seu texto termos que evidenciam um novo pensar dos significados da educação, como os termos “técnico” e “intelectual”, que podem evidenciar um movimento da educação no sentido do conhecimento técnico, em referência ao pensamento da educação nos países do norte, como os Estados Unidos da América.

A partir deste ato, muitas foram as transformações sofridas pelas instituições de educação para o trabalho. Conservando a primazia do governo federal no custeio e organização destas instituições educacionais, nas décadas seguintes ocorreram sucessivos ajustes na estrutura destas instituições educativas, um aumento de público e perfil dos cursos em oferta. Assim, alterando nomenclaturas e ampliando seu público, o ensino para o trabalho foi consolidando seu lugar na educação brasileira.

Um segundo momento significativo do movimento de transformação da educação profissional brasileira ocorre com a (re)criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, que se tornariam “Liceus Profissionais”, por força de lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. A constituição federal, promulgada no mesmo ano, seria a primeira a fazer menção ao ensino técnico. Segundo o exposto no artigo 129:

O ensino pré-vocacional profissional destinado às **classes menos favorecidas** é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino

profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais (BRASIL, 1937. Grifos nossos).

Chama a atenção a menção constitucional ao ensino técnico a sua vinculação às “classes menos favorecidas”. Ele seguia atrelado a uma dimensão social do trabalho, embora nesse período o Brasil estivesse experimentando profundas transformações na estrutura produtiva nacional, acentuando as iniciativas industriais, algumas das quais por meio da criação de empresas estatais, com a Companhia Siderúrgica Nacional, instalada em Volta Redonda (RJ), no ano de 1941.

Inseridas dentro deste mesmo processo, os Liceus foram convertidos em “Escolas Industriais e Técnicas”, por força do decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, oportunidade em que se ampliou o tempo de estudos para formação. A estes processos ainda se somou a chamada “Lei Orgânica do Ensino Industrial”, por meio do Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Passados mais de trinta anos da criação das primeiras instituições educativas para o trabalho no país, elas já passavam por profundas alterações que gradativamente evidenciavam sua vinculação ao desenvolvimento da economia nacional, embora não perdesse o foco nos “menos favorecidos”.

Anos mais tarde, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias, passando a ser denominadas de “Escolas Técnicas Federais”, o que ocorre no ano de 1959, conjuntura do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) e a implementação do chamado Plano de Metas. A característica mais destacada desta transformação foi que, além da nomenclatura nova, estas instituições se tornaram autarquias, experimentando uma maior autonomia administrativa e didática (OLIVEIRA, 2020, p. 58). A última das “escalas” das transformações da educação profissional se daria no ano de 1978, quando foram criados os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET). Neste caso, esta nova instituição foi instituída apenas a partir da reorganização de três Escolas Técnicas Federais (instaladas em Belo Horizonte/MG, Rio de Janeiro/RJ e Curitiba/PR) (OLIVEIRA, 2020; CAIRES, OLIVEIRA, 2016). A grande característica desta nova institucionalidade ficou especialmente na possibilidade de oferta de cursos de ensino superior e pós-graduação.

Aos expor alguns dos movimentos mais significativos da transformação da educação profissional brasileira, percebidos por meio das mudanças de nomenclatura, observa-se que foram se impondo alterações nas modalidades de ensino destas instituições, que com o tempo passaram a oferecer ensino secundário e mesmo ensino superior e cursos de pós-graduação. Processos acompanhados por alterações na legislação educacional brasileira, bem como sua instalação em várias regiões do país. Mas nem sempre a educação profissional viveu de transformações que deram a ela maior amplitude: O decreto 2.208, de 17 de abril de 1997, promulgado durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), enfraqueceu consideravelmente a educação profissional, em um período marcado pela emergência de uma série de políticas neoliberais, dentro das quais a educação pública sofreria um processo de esvaziamento.

Nesta “longa duração” da história da educação profissional do Brasil, sua última grande transformação aconteceu sob a luz do novo milênio, através da lei 11.892, de

29 de dezembro de 2008, que criou os institutos federais de educação, ciência e tecnologia no país, que deveriam ser o “guarda-chuva” a abrigar todas as instituições que se dedicavam ao ensino técnico federal no país, como os CEFETs, escolas técnicas e agrotécnicas, além de criar novas unidades, alterando seu projeto institucional. Nas linhas que seguem, vamos realizar uma leitura sobre esta legislação, procurando observar suas propostas e conjunturas. Ademais, aproximaremos nossa lupa sobre a criação de uma nova instituição: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.

3 A CONSTRUÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS NOS DOCUMENTOS

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia trouxe em sua bagagem instituições que antecederam a nova institucionalidade. Grande parte dos IFs foram organizados sobre a base de instituições mais longevas, que lideraram a criação das novas instituições e foram responsáveis pela sua (re)organização e expansão. Isso porque o projeto do governo federal, sob a batuta do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) projetava não só a criação das novas institucionalidades, mas também sua expansão. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), objeto de atenção deste artigo, nasceu da união do Centro Federal de Educação Tecnológica de Ouro Preto (CEFET-OP), e sua unidade descentralizada (UNED) localizada na Cidade de Congonhas, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bambuí (CEFET-Bambuí), e sua UNED localizada na Cidade de Formiga, e da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista, cujas origens remontam às décadas de 1940 e 1950.

Criadas as instituições, também o interesse pela construção de uma narrativa que contemplasse este processo, e por conseguinte a memória institucional. Vencidos poucos mais de quinze anos da criação dos IFs, o marco temporal passou a causar em sua comunidade comoção tal, que estimulou a construção de uma narrativa em torno do processo de criação das instituições.

Figura 1: Logomarcas promovidas pelo Governo Federal para comemorações de criação dos institutos federais



Fonte: <https://15anos.redefederal.org.br/>

Para o caso do IFMG, tomado aqui como objeto de estudo, esta iniciativa se mostrou evidente por meio da proposta de criação de um centro de memória, que acabaria por ser implementado no ano de 2020. Criado o centro, impôs-se o esforço para a elaboração de ações que pudessem salvaguardar a memória da instituição. Nas linhas que se seguem, vamos tratar dos documentos utilizados para auxiliar na construção da narrativa histórica dos institutos federais. Chamamos a atenção para alguns documentos que permitem entender a conjuntura da criação dos institutos. Além disso, trataremos de outros documentos igualmente significativos neste processo histórico: as memórias das personagens que viveram este processo, que pudemos absorver na pesquisa sobre a criação do IFMG, traduzidas em entrevistas, organizadas por meio das ferramentas da História Oral. Nas linhas que seguem, apresentamos algumas considerações sobre documentos norteadores do processo de criação dos institutos.

As origens do último dos movimentos de mudança na rede federal de educação profissional se encontram na promulgação do Decreto nº 5.154/2004, que revogou o Decreto nº 2.208/1997, este considerado o documento que propôs o desmonte do ensino técnico integrado, por meio do decreto de 2004, reabriu-se a oferta de ensino médio integrado, que havia sido desmontada no ano de 1997. Segundo Oliveira,

Por meio deste, a integração do Ensino Médio ao Ensino Técnico foi restabelecida, embora sem causar ruptura com o dualismo que na prática persistia nesta modalidade de ensino. Assim, o texto [do decreto] estava entre a tentativa de superar as limitações para o desenvolvimento da educação profissional no país, e as forças conservadoras, ligadas ao sistema de ensino levado a cabo na década de 1990. (OLIVEIRA, 2020, p. 61)

Além disso, podemos utilizar a chamada pública realizada pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica n.º 002/2007, intitulada “Chamada pública de propostas para constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET”, para tratar da história dos institutos. O documento inicia-se com a contextualização da chamada, produzida como parte do plano do governo federal para o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), no sentido de levar educação profissional e tecnológica para as muitas regiões do Brasil, cumprindo assim o “acolhimento de um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, da pesquisa aplicada destinada à elevação do potencial das atividades produtivas locais e da democratização do conhecimento à comunidade em todas as suas representações” (BRASIL, 2007). Feita esta primeira consideração, o documento expõe os perfis de cursos que deveriam ser ofertados, absorvendo aqueles que já se apresentavam nas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e CEFETs, mas também abrindo oportunidades para áreas de formação em Licenciatura e cursos de pós-graduação. Além da releitura das propostas já experimentadas pela rede, abrem-se também outros objetivos a serem alcançados com a implantação dos institutos federais. Um deles diz respeito a “promover a cultura do empreendedorismo e cooperativismo,

apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda”, assimilando especialmente no vocabulário a expressão empreendedorismo, muito cara aos novos valores do capital. Outro pretende que os institutos sejam “centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas escolas públicas”. Assim, a chamada pública prenunciava que os institutos deveriam ampliar seu raio da ação no novo projeto governamental para as novas instituições de ensino técnico e tecnológico. Na sequência da apreciação da questão, a chamada trata das possibilidades de criação dos institutos, que poderiam se dar por meio da transformação de CEFETs e Escolas Técnicas (mesmo aquelas ligadas a Universidades) em Institutos; também poderia haver a fusão de várias instituições no mesmo estado, desde que respeitados limites máximos de criação de instituições desta natureza em cada um dos estados brasileiros.

A partir das questões apresentadas no documento, as instituições interessadas em aderir ao novo regime institucional deveriam encaminhar as propostas ao MEC/SETEC, apresentando a situação em que se encontravam, e as mudanças que a nova institucionalidade traria. Lançado no dia 12 de dezembro de 2017, seu resultado deveria ser anunciado no dia 31 de março do ano seguinte. A partir deste documento, iniciava-se, ao menos nas esferas burocráticas, o processo de construção de um novo capítulo da educação profissional brasileira. Uma delas será a lei 11.892, publicada em 29 de dezembro de 2008, que efetivava o processo de criação dos institutos federais.

Segundo a referida lei, os institutos nasciam tendo entre seus objetivos, a função de “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional” (BRASIL, 2008). Além de significar o impulsionamento das políticas econômicas, os institutos deveriam ser um lugar para desenvolvimentos de cidadania. Também deveriam expressar os tipos de oferta que seriam adotados por estas instituições, que envolveriam o ensino médio integrado, que havia retornado à rotina das instituições federais de educação profissional, envolveriam a oferta de cursos superiores, inclusive de formação de professores, e cursos de pós-graduação. Junto a isso, apresentava as primeiras questões de ordem organizacional, apresentando os novos institutos criados, e como eles deveriam ser organizados.

Concomitante aos documentos normativos, com o passar dos anos outros documentos serviriam de farol para a construção daquelas novas instituições. São exemplos as obras: “Concepções e Diretrizes: um novo modelo de educação profissional e Tecnológica”, produzido pelo MEC no ano de 2010, ou o trabalho “Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica”, de Eliezer Pacheco, editado em 2010. Textos que com o passar dos anos tem se transformaram em “monumento”, signo de um tempo de mudanças. Apreciadas estas questões, vamos discutir nas linhas que seguem outra fonte importante na construção da história recente da educação profissional: as memórias, produzidas pelos agentes da transformação institucional, as pessoas, obtidas utilizando-nos das ferramentas da História Oral. Por se tratar de um texto de história da educação que analisar a história oral como ferramenta metodológica, algumas considerações sobre o tema são necessárias.

4 MEMÓRIA, HISTÓRIA ORAL E PESQUISA

A História Oral cujo estatuto transita em três “posturas”: ser percebida como técnica, como disciplina e como metodologia (FERREIRA, 2012, p. 169). A cada um destes pressupostos são vinculadas reflexões pertinentes aos procedimentos técnicos, campo de estudo específico ou campo com procedimentos e reflexões metodológicas específicas. A partir desta experiência, o campo se ampliou, alcançando objetos e procedimentos metodológicos específicos. A História Oral é fundamental para humanizar determinados temas históricos, convidando seus principais atores para expor sua visão e memória sobre os eventos do qual participou ou foi testemunha. A História Oral pode ser entendida como uma metodologia que se utiliza de depoimentos obtidos junto a agentes sociais que podem contribuir para melhor entender um determinado contexto, assunto, fenômeno, movimento social, evento, instituições e indivíduos. Neste ponto, os seus depoimentos passam a ser entendidos como fontes históricas. Desta feita, temas como a formação dos Institutos Federais, cujo recuo temporal é próximo, e contato com muitos dos envolvidos vivos, podem recorrer a História Oral, que possibilita traçar um quadro mais amplo e compreender momentos, tratativas específicas e informações relevantes que não estariam expressos em documentos escritos. Como nos atesta Philippe Joutard em análise sobre o papel da História Oral no século XXI:

Não se pode esquecer que, mesmo no caso daqueles que dominam perfeitamente a escrita e nos deixam memórias ou cartas, o oral nos revela o "indescritível", toda uma série de realidades que raramente aparecem nos documentos escritos, seja porque são consideradas "muito insignificantes" - é o mundo da cotidianidade - ou inconfessáveis, ou porque são impossíveis de transmitir pela escrita. É através do oral que se pode apreender com mais clareza as verdadeiras razões de uma decisão; que se descobre o valor de malhas tão eficientes quanto as estruturas oficialmente reconhecidas e visíveis; que se penetra no mundo do imaginário e do simbólico, que é tanto motor e criador da história quanto o universo racional (JOUTARD, P. 2000, p 33).

A metodologia da história oral tem seu início nos EUA ao fim da década de 1940, quando as pesquisas tinham por objetivo analisar os processos e experiências ligadas ao fim da II Guerra Mundial. Desde então, houve um grande desenvolvimento desta metodologia, ampliando as discussões sobre o seu uso (abordagens, dificuldades, cuidados e protocolos que eram inerentes ao seu uso) e percebeu-se que se abria uma miríade de opções para a pesquisa histórica, mostrando outros filões, que não apenas aqueles ligados aos tradicionais documentos escritos (THOMSON, 2000).

A História Oral conseguiu dar grande amplitude e alcance para os temas históricos, e grupos sociais e suas experiências puderam ser objeto de pesquisa dos pesquisadores em história. Este movimento da história oral se constrói a partir da ideia de que grande parte dos registros e fontes históricas foram produzidas pelas elites ou, se não elites, pessoas que ocupavam um lugar privilegiado na estrutura social,

econômica ou política. Então, para se entender um determinado fenômeno, evento, contexto ou tema que envolvesse grupos mais populares ou mesmo excluídos das narrativas oficiais, os depoimentos orais permitiam alcançar estas “fontes”. Com a história oral houve uma drástica mudança neste sentido, uma vez que através de entrevistas com representantes de determinados grupos sociais, tornava-se possível alcançar uma série de pessoas que até então eram desprezadas ou tinham pouco espaço nas fontes oficiais, isso quando os espaços dedicados a esses grupos também não significavam uma abordagem pejorativa ou mesmo enviesada. Assim, analfabetos, pessoas de rua, perseguidos políticos, representantes de minorias, pessoas pertencentes a movimentos sociais identitários, entre outros, passaram a ser ouvidos e terem a sua versão registrada.

Apesar da multiplicação de objetos e temas a serem pesquisados com as metodologias da história oral, também se deve destacar os desafios e questionamentos que essa metodologia já encarou e ainda vem amadurecendo entre aqueles que fazem seu uso. Um ponto a ser observado é sobre a história do tempo presente, campo este que a história oral tem intersecção, e que trata de pontos caros ao fazer historiográfico, como a separação temporal entre pesquisador e seu objeto de pesquisa, e as possíveis relações e conexões entre o historiador e seu tema de trabalho. Sobre este último ponto, já se trata de ponto comum dentro da pesquisa histórica de que seria utopia a crença em um total distanciamento e neutralidade entre aquele que faz a pesquisa e as fontes, fenômenos e eventos estudados. Por mais distante e disciplinado que um pesquisador seja, há certas subjetividades que simplesmente não podem ser extirpadas de sua pessoa ao realizar a sua análise, o que, de maneira alguma, invalidaria sua pesquisa. Quando se trata de história do tempo presente essa preocupação tem que ser destacada e os cuidados metodológicos aumentados, já que a proximidade temporal, que também leva a encurtar distâncias em relação a posicionamentos políticos e pessoais, por exemplo, podem nublar o olhar daquele que busca entender e interpretar o seu tema.

Outro importante cuidado metodológico deve ser adotado, para o qual se exige muita atenção: a organização do roteiro e condução da entrevista. O primeiro passo, o pesquisador deve ter o cuidado de se inteirar do tema e da pessoa a ser entrevistada, pois é fundamental que se saiba sobre quem e o que se está pesquisando. Além disso, há que se ter atenção para não conduzir a entrevista de forma a buscar respostas que o pesquisador queira ouvir. Toda pesquisa tem uma hipótese e um fio condutor, mas não se deve cair na tentação de tentar fazer com que o entrevistado fale aquilo que se espera ouvir, ao inserir perguntas tendenciosas ou capciosas, como que conduzindo à resposta esperada. Há uma linha tênue nesse tratamento, já que você está lidando com sua fonte diretamente, em um diálogo, o que torna tudo mais complexo. Apesar de que, na prática, há a dificuldade de se estabelecer um conjunto de normas a serem seguidas de maneira cega, e sim um conjunto de cuidados a serem tomados:

Na prática, os historiadores orais geralmente achavam difícil fazer as entrevistas seguindo um conjunto único de técnicas ou regras. Como escreveu, em 1970, Charles T. Morrissey, o pioneiro da história oral norte-americana: "reduzir o ato de entrevistar a um conjunto de técnicas é ... como cortejar seguindo uma fórmula ... Há o perigo de se confiar demais nos instrumentos, e de menos na intuição, à antiga,

sobre quais instrumentos usar em que situação... as técnicas e outros aspectos da história oral variam conforme o tipo de pessoa que se estiver entrevistando." Ainda assim, Morrissey resumiu sua experiência pessoal em entrevistas sobre as presidências de Harry S. Truman e John F. Kennedy em conselhos práticos para entrevistadores da história oral: a importância da preparação; a necessidade de estabelecer rapport e intimidade, de ouvir e de fazer perguntas abertas, de reprimir os impulsos de interromper; a importância de permitir pausas e silêncios, de fugir dos jargões, de evitar ser inquisitivo e de minimizar a presença do gravador. (THOMSON, 2000, p. 48)

Mas, se há essa complexidade no trato com esta fonte de pesquisa, existe uma interdisciplinaridade que é extremamente enriquecedora, pois produz diferentes visões que apontam para caminhos e possibilidades de novas interpretações de um objeto. Logo, além de historiadores, jornalistas, cientistas políticos, antropólogos, profissionais de diferentes áreas podem produzir entrevistas e análises que fomentam o diálogo e o entendimento sobre os mais variados objetos de pesquisa.

Desta feita, há que se destacar que existe vasta bibliografia sobre a metodologia de História Oral que se aprofunda ainda mais sobre os benefícios de seu uso como também trata dos desafios de sua implementação.³ Porém, além da questão metodológica, a história oral nos convida a discutir e debater outras temáticas, como a memória. Ao entrevistar uma pessoa, estamos lidando com as memórias desta pessoa, e as suas experiências ligadas ao tema que se está abordando, e, neste caso, não se trata apenas de simples lembranças, mas de algo com implicações mais profundas e complexas.

O conceito de Memória, tal qual a história oral, foi um tema bastante discutido entre os profissionais que dependem dele para o desenvolvimento de sua pesquisa. Afinal de contas, há muitos temas que envolvem a memória, tal como a sua relação e diferenciação com a história, sua historicidade e formas de percepção, como se constrói e se pode entender um tipo de memória coletiva. Além disso, a memória pode se transformar em um elemento de poder: deter a posse da memória oficial sobre um determinado evento pode ser extremamente importante, principalmente em questões políticas.

Uma importante característica em relação à memória é sua mutabilidade, pois nenhum indivíduo se lembra de algo da mesma maneira que outras pessoas, principalmente quando esta memória sofre a ação do tempo. Lembrar-se de algo que ocorreu recentemente pode carregar muitas emoções e até mesmo informações que o interlocutor ainda não tem ciência. Passados alguns anos, muitos daqueles sentimentos já se amainaram ou mesmo mudaram, o que faz com que as memórias também mudem. Relações sociais, disputas por poder, estabelecer discursos oficiais ou que coadunam com as expressões e pensamentos de um determinado grupo

³ Vale o registro de textos de grande repercussão na área, e auxiliaram na problematização colocada: LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. São Paulo: Projeto História, 1998. HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2013; ALBERTI, Verena; FERNANDES, Tânia Maria; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

social, são muitas das intercorrências que fazem com que uma determinada memória possa mudar.

A discussão sobre o conceito de memória também pode nos levar a refletir sobre a memória coletiva. Este tema lança luz sobre uma importante e curiosa característica da memória: uma vez que se trata de algo bastante subjetivo, considerando a maneira como nos lembramos de algo, como podemos pensar em uma memória coletiva? Como observa Alessandro Portelli:

Se toda memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira; sabemos que não é assim. Cada indivíduo, particularmente nos tempos e sociedades modernos, extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma idiossincrática. Como todas as atividades humanas, a memória é social e pode ser compartilhada (PORTELLI, p.127).

O ato de lembrar pode ser uma ação coletiva, a partir do momento em que uma pessoa se utiliza da memória de outro como complemento da sua, ou mesmo como uma forma de validar aquilo que se está rememorando. Uma memória que apenas uma pessoa tem, sem nenhum outro “colaborador”, pode fazer com que a própria pessoa passe a se questionar sobre a veracidade daquela memória. Portelli faz menção a alguns “entidades” que colaboram para a construção da memória coletiva: o mito e o folclore, a outorga da missão da memória a um indivíduo ou grupo, as instituições, cuja função seja organizar memórias e rituais (PORTELLI, p. 127) Assim, quando muitas memórias passam a ser construídas coletivamente, e se constituem como um conjunto de contribuições sobre um tema, geram em última instância uma narrativa coesa e unificada.

Isso nos leva à discussão sobre como determinadas memórias contribuem para a formação identitária de um determinado grupo social ou mesmo de toda uma comunidade. A partir do momento em que há troca de memórias sobre algo em comum, começa a se estruturar uma ideia de pertencimento e de repetição daquela versão, e o que, aparentemente, seria uma memória individual, passa a ser algo compartilhado por um coletivo. E para o exercício da história oral e a discussão sobre memória e o seu impacto em pesquisas é importante que se tenha em mente essas construções, a forma como elas foram sendo organizadas e até mesmo repassadas, criando uma aura de veracidade e credibilidade.

E todo ato de lembrar também pressupõe seu outro lado: o esquecimento. O que poderia parecer apenas um simples lapso ou falha de memória, pode representar muitas das vezes uma ação calculada e bem organizada. As grandes narrativas que envolvem a memória pressupõem um espaço privilegiado para o esquecimento, já que são propositais. Escolhe-se esquecer de determinadas passagens, situações ou personagens já que isso poderia enfraquecer o poder de um determinado grupo ou mostrar algum tipo de atitude ou característica considerada negativa. Isso contribui para entendermos certas mudanças nas memórias com o passar do tempo, um aliado de outrora pode passar a ser uma desafeto, e o importante papel cumprido por ele pode ser deixado de lado ou ter a relevância relativizada.

Todo esse debate nos leva a conclusão de que a memória e as suas narrativas ligadas a grupos sociais e até mesmo a todo um país é, em suma, um discurso que está repleto de poder e de influência, já que pode representar a glória ou desgraça de determinados personagens ou movimentos sociais inteiros. Neste tocante é importante lembrarmos as palavras de Jacques Le Goff:

Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1990, p. 426)

A memória, então, passa a ser um espaço de disputas, já que fazer com que uma determinada memória passe a possuir o *status* de oficial é de grande importância e significado simbólico gigantesco, pois em última instância representa a forma como as pessoas vão se lembrar de um determinado personagem, de um grupo social ou de todo um movimento. Qual a memória em torno de uma figura como a de Getúlio Vargas? Estaria mais ligada ao “pai dos pobres” ou a sua figura ditatorial, que em seu governo censurou e perseguiu? E, a pergunta central: a consolidação de uma memória em torno de sua pessoa beneficiaria alguém ou algum grupo? Recentemente, no dia 24 de julho de 2021, a estátua do Bandeirante Borba Gato (1649–1718), situada na cidade de Santo Amaro (SP) foi incendiada e a disputa sobre a memória se impôs: o que aquela estátua representaria para aqueles que a idealizaram e para aqueles que a incendiaram? Em outras palavras: qual a lembrança que se queria implantar sobre esse personagem e qual a que o grupo que a incendiou buscou chamar a atenção?

A memória, portanto, em determinadas situações se apresenta como um enorme território em disputa, e ser predominante nestas disputas pode representar muitos ganhos e nas mais variadas esferas: econômicas, sociais, políticas e culturais. E as pesquisas que lidam com esse tipo de temática precisam ter o cuidado e a sensibilidade de perceber essas nuances e disputas, e manter o olhar atento do historiador, em compreender todos esses elementos. Sendo assim, tanto a história oral quanto a memória são metodologias e conceitos que fazem parte de muitas pesquisas que se localizam no campo da história do tempo presente, e, como nosso foco é o de entender a formação dos Institutos Federais, com destaque para o IFMG, se encaixam perfeitamente em nosso itinerário de trabalho.

5 A EXPERIÊNCIA DA HISTÓRIA ORAL NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O ESTUDO DE CASO DO CENTRO DE MEMÓRIA DO IFMG

Por todo o exposto, compreende-se que o uso da História Oral e da memória amplia as alternativas de pesquisas históricas. Para o estudo de uma instituição como o IFMG, quais as possibilidades e ganhos que se apresentam e o que a recente experiência do Centro de Memória do IFMG pode apontar?

O Centro de Memória do IFMG foi uma iniciativa criada no ano de 2019 com vistas a celebrar e refletir sobre os 10 anos de fundação da instituição. Ele nasce como uma iniciativa de gestão, uma preocupação por conservar e historiar documentos e memórias pertinentes à história institucional. Os trabalhos foram iniciados por meio de um projeto de extensão, lançado pela Pró-Reitoria de Extensão, por meio do edital nº 75/2019 - Centro de Memória do IFMG. No referido edital apresentou-se a proposta de desenvolvimento do trabalho intitulado “A construção da memória do IFMG a partir dos discursos fundadores (2008-2018)”. A ideia central era tentar entender como se deu o processo de criação do IFMG, através de pessoas que estiveram diretamente relacionadas com o processo, entre diretores e gestores das instituições que se uniram para criar esta instituição. Criado como parte do processo de reestruturação da rede federal de educação profissional e tecnológica, a partir da lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o IFMG foi constituído a partir da união do Centro Federal de Educação Tecnológica de Ouro Preto, criado em 1944, o Centro Federal de Educação de Tecnológica de Bambuí, criado em 1958 e a Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista, criada em 1972. A partir daí, cria-se uma instituição, fundamentada ao mesmo tempo nos novos sentidos pretendidos pela educação para o trabalho naquela altura do século XXI, mas assentada em uma série de experiências compartimentadas, haja vista a dissociação de cada uma destas unidades, que tinham sua existência constituída décadas antes, portanto portadoras de práxis e memórias que lhes eram específicas. Com tal cenário, utilizando-nos de documentos produzidos nas várias instâncias da educação profissional em âmbito federal, bem como através de depoimentos de pessoas envolvidas com o processo de criação do IFMG, esperávamos compreender como se deram os debates, encaminhamentos e decisões que levaram à criação desta instituição. Neste processo, as entrevistas ocupam um lugar central em nosso trabalho, pois os levantamentos preliminares sugeriam que grande parte daquilo que a pesquisa procurava lançar luz estava depositado na memória destas personagens. Com estas questões em tela, o projeto foi aprovado em fins do ano de 2019, dando-se início aos trabalhos nos primeiros meses de 2020.

Sendo assim, o Centro de Memória pode ser encaixado dentro de uma perspectiva de memória institucional, que trata de um ramo da memória que busca resguardar documentos e variados tipos de informação para a compreensão e preservação da história e até mesmo de uma identidade institucional. Importante destacar que, apesar do termo “memória institucional” sugerir o esforço para a construção de uma memória oficial sobre uma determinada instituição, a intenção aqui é completamente diferente. O foco estava em compreender todas as circunstâncias, dificuldades, conflitos e detalhes que formaram a nova instituição, que nasceu da congregação de três outras instituições pregressas.

Compreender a formação do IFMG é, em um primeiro momento, pesquisar leis e documentos pertinentes a criação dos Institutos Federais. Um deles é a lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou os institutos federais, mas também estabeleceu seus objetivos e finalidades. No caso do documento citado, é possível observar em alguns trechos, as linhas dentro das quais a nova institucionalidade deveria operar. É o caso da “Seção II”, que trata das finalidades da instituição, entre os quais se destaca “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional”, bem como “desenvolver a educação

profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais” (BRASIL, 2008). Há também as fontes que tratam exclusivamente ao IFMG, como os projetos de criação do IFMG, e mesmo documentos posteriores a fundação, como o Plano de Desenvolvimento Institucional, atas das primeiras reuniões colegiadas, entre outros. Iniciadas as atividades do Centro de Memória, a história oral não foi entendida como uma metodologia acessória ou meio de dotar de maior credibilidade os documentos escritos, mas um meio através do qual o processo de compreensão dos passos e percalços da fundação do IFMG ganharia maior clareza, pois por meio da memória dos participantes deste processo, se tornou possível analisar a distância entre a proposta de ação, contida nos documentos, e sua efetivação. Como bem observa Ferreira:

os arquivos escritos dificilmente deixam transparecer os meandros tortuosos dos processos decisórios, e muitas decisões são tomadas por meio da comunicação oral, das articulações pessoais, o número de problemas resolvidos por telefone ou pessoalmente não para de crescer (FERREIRA, 2012, p. 177).

A primeira ação realizada foi estabelecer alguns recortes, um ponto de partida temporal, o fim do ano de 2008, quando da promulgação da lei de fundação dos institutos. Claro que esse marco temporal baliza o primeiro passo das ações do Centro de Memória, mas eventos anteriores e os 10 anos seguintes nortearam o desenvolvimento da pesquisa.

Porém, o recorte espacial foi tão ou mais importante que o temporal, já que entender a fundação do IFMG era, em última instância, elucidar o papel que as escolas e instituições pré-existentes tiveram na composição do que viria a ser o IFMG. Como já observado, o IFMG foi fundado a partir da união do CEFET - Ouro Preto, e sua UNED (Unidade de Ensino Descentralizada) localizada na Cidade de Congonhas; CEFET - Bambuí, mais a UNED de Formiga; e a Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista. Neste sentido, analisar as discussões e decisões tomadas pelas diretorias das instituições envolvidas, que culminaram na fundação do IFMG, foi fundamental para a compreensão da fundação e os primeiros rumos tomados pela nova instituição.

Com o recorte espacial definido, buscamos identificar quais foram os atores que se destacaram no processo de fundação do IFMG. O primeiro passo era óbvio, pois nos conduzia a entrevistar os três diretores da época, a saber: Professor Caio Bueno, diretor de Ouro Preto, vindo posteriormente a se tornar o primeiro Reitor do IFMG; Professor Kléber Gonçalves Glória, diretor de São João Evangelista, e o Professor Flávio Godinho, diretor de Bambuí. Foram as três entrevistas mais longas devido ao papel e informações que esses três atores possuem de todos os processos. Após isso, houve a escolha por pessoas que ocuparam cargos e papéis chave da administração que se formava, personagens que participaram das negociações e possuíam informações relevantes, ou indivíduos que pudessem contribuir de alguma forma por possuir conhecimento sobre aquele período.

A organização da entrevista foi estruturada com base em nove tópicos principais (uma única entrevista até então, a uma servidora da instituição, foi construída em dez tópicos, pois havia a especificidade da questão de gênero) que buscavam apontar para as principais preocupações e objetivos da pesquisa. O primeiro tópico foi dedicado às questões pessoais do entrevistado, abordando sobre formação profissional e postos que ocupou no seu campus de origem e no IFMG, pós fundação (2008).

O segundo tópico versava sobre a visão institucional do entrevistado. Aqui o objetivo era analisar a perspectiva sobre a instituição criada, e que ainda caminha na sua estruturação, o que ela representa ou deveria representar institucionalmente.

O terceiro tópico buscou tratar sobre a fundação dos Institutos Federais, a percepção da política que se buscava implantar, como a comunidade em cada campus recebeu a notícia e quais eram principais questões e desafios percebidos nesta nova página da História do EPT no Brasil que se escrevia. É um tópico bastante importante, pois passava a dimensão de como havia uma certa esperança, mas também, e paradoxalmente, receio e temor que grandes mudanças pudessem trazer. Apesar de ser um projeto em que se percebe um grande embasamento de outras experiências, não havia uma real e clara noção dos caminhos que seriam trilhados.

O quarto tópico pode ser considerado o cerne da entrevista, pois justamente trata das memórias em torno da criação do IFMG e questiona sobre como três instituições tão díspares em tantos sentidos (cursos ofertados, localização geográfica no estado, interesses institucionais) se juntaram e constituíram o que hoje é o IFMG, que já conta com 17 *campi* no total. E as possibilidades de uso e riqueza da história oral se fez muito presente neste tópico, já que personagens, ações políticas, disputas e grupos de articulação foram sendo descobertos, bem como seus papéis no processo de formação do IFMG, coisas que os documentos de fundação e leis jamais nos permitiram observar.

No quinto tópico, o foco foram as mudanças administrativas e como se deu a transição de uma realidade de total autonomia por parte dos *campi*, para um modelo de gestão em que um novo ente, a reitoria, passava a ser o órgão central na tomada de decisões e administração. Também foram levantados temas sobre distribuição orçamentária e como criou-se um sistema para adequar as demandas de todos os lugares.

No sexto tópico abordou-se questões relativas às eleições para escolha de diretor dos *campi* e de reitor, como também a formação de eventuais grupos políticos e a relação entre a reitoria e os *campi*. Toda instituição tem o seu sistema de poder político e invariavelmente as disputas em torno dele, trata-se de algo natural e não seria diferente em uma estrutura recém-criada como o IFMG.

Já no sétimo tópico foi realizado um exercício de memória espacial e materialidade em que o entrevistado era inquirido sobre quais construções e lugares os faziam se sentir mais confortáveis ou os incomodava, trazendo memórias desagradáveis. A proposta era de entender o IFMG por uma outra ótica, percebendo a relação entre o entrevistado e os lugares.

No oitavo tópico, a proposta do Centro de Memória foi a de realizar um balanço sobre o modelo de ensino ofertado pelo IFMG, a sua relação com o mercado de trabalho e as vantagens e desvantagens deste modelo sob a ótica do entrevistado.

É interessante notar como muitos apresentaram uma visão bastante otimista e avaliaram a proposta de ensino como boa, porém ainda tendo muito o que avançar em seu aprimoramento. E no nono, e último tópico, já caminhando para a conclusão da entrevista, havia um diálogo sobre o olhar e perspectivas para os próximos anos do IFMG.

Todo o material e pesquisa produzido pelo Centro de Memória foi organizado e conservado em um site (<https://memoria.ifmg.edu.br/centro-de-memoria/>) em que o resultado destas pesquisas está sendo disponibilizado. A proposta é a de um portal que sirva tanto a outros pesquisadores como também para visitantes que queiram entender um pouco do IFMG. Assim, o portal irá compreender vídeos, documentos com as entrevistas, imagens, fontes históricas e outras informações pertinentes ao tema. A expectativa é que além das trilhas interpretativas construídas por nós, e disponíveis ao público, pesquisadores do campo da história da educação possam ser valer das fontes obtidas e construídas, caso dos depoimentos realizados, para abrir novas frentes de pesquisa sobre a educação profissional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto, concluímos que a experiência de utilizar os procedimentos metodológicos da história oral no campo da história da educação, analisando os processos que desembocaram na criação dos institutos federais no ano de 2008, representa um grande desafio, mas também muitas possibilidades. No artigo em tela, procuramos demonstrar, por meio de documentos produzidos neste tempo histórico, os objetivos dos produtores do material analisado, observando conceitos, que se juntam aos relatos de envolvidos nos processos de criação destes novos regimes institucionais. Em relação a apresentação da metodologia utilizada para a obtenção de fontes orais, procuramos mostrar que estes “documentos” são uma oportunidade de observar a lente através da qual os atores institucionais enxergaram os processos em que estiveram envolvidos, bem como apresentam perspectivas para a questão da fundação dos institutos, que oferecem um panorama mais amplo que a documentação escrita. Nestes termos, as pesquisas em História da Educação podem se beneficiar enormemente da metodologia da História Oral, seja tendo na entrevista seu suporte de pesquisa, ou em seu cruzamento com outras fontes. Por fim, procuramos mostrar que é possível traduzir estas jornadas de pesquisa em iniciativas como os centros de memória, movimento importante no cotidiano de toda instituição que preza pela leitura de sua formação história, mas que ganha especial relevo em uma instituição que se forjou a partir de da união de instituições já existentes, portadoras de memórias que lhe eram específicas.

O Centro de Memória do IFMG, não é apenas de um projeto, mas uma realidade institucional, pois atualmente conta com estrutura de servidores que dão suporte ao seu funcionamento permanente, como também bolsistas, além de eventos e publicações próprias, apontando para uma possibilidade de pesquisas e incursões dentro da memória institucional. Por fim, há que se levar em conta um trabalho de memória mais popular e menos elitista, que também passe a abranger outros agentes sociais da instituição, assim como os grupos identitários.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto Nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. **Crêa nas capitães dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito.**
- BRASIL. Aviso de chamamento público nº 2/2007. **Chamada pública de propostas para constituição dos institutos federais de educação, ciência tecnologia – IFET.**
- BRASIL. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.**
- BIELINSKI, Alba Carneiro. **Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro – dos pressupostos aos reflexos de sua criação – de 1856 a 1900.** Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais [dissertação de mestrado]. Rio de Janeiro, 2003, 150 p.
- CAIRES, Vanessa, OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Educação profissional Brasileira: da colônia ao PNE 2014-2024.** Petrópolis: Vozes, 2016.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Apresentação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos & Abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Unicamp, 1990.
- JOUTARD, Philippe. Desafio à história oral do século XXI. In: ALBERTI, Verena; FERNANDES, Tânia Maria; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **História Oral: desafios para o século XXI.** Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- MAGALHÃES, J. Um apontamento metodológico sobre a História das Instituições Educativas. In: SOUZA, C.; CATANI, D. (org.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente.** II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. São Paulo, Escrituras, 1998.
- OLIVEIRA, Pablo Menezes. Tão antiga, tão nova: breves notas para uma história da Educação Profissional no Brasil. In: OLIVEIRA, Adilson, XAVIER, Gláucia do Carmo, SILVA, José Fernandes, OLIVEIRA, Shirlene Bemfica (organizadores). **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: da história à teoria, da teoria à práxis.** Curitiba: CRV, 2020. p. 45-66.
- OLIVEIRA, Pablo Menezes, GONÇALVES, Irlen Antônio, & PEREIRA, Daniele de Abreu Pereira. (2021). Educação e ensino profissional no Brasil: o estado do conhecimento das produções de pesquisas no âmbito da História da Educação Profissional. **Educação Em Foco**, 24(44), 9–33.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de

Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos & Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001. P. 103-130.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

THOMSON, Alistair. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral. ALBERTI, Verena; FERNANDES, Tânia Maria; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

VERRETI, Alberto. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.